

# Por uma micropolítica dos afetos urbanos: juventudes e o direito à cidade

João Batista de Menezes Bittencourt<sup>a</sup>, Glória Diógenes<sup>b</sup>

A cidade tem se colocado como lócus privilegiado de expressão das práticas juvenis. É por meio do caminhar pela urbe que os jovens revelam seus diversos pertencimentos, seja através da “vitrinização” de seus corpos cuja inscrições expressam posições e condições que marcam profundamente suas subjetividades, seja através da apropriação e ressignificação dos espaços que ganham forma através dos usos dos agentes e/ou das coletividades. A preocupação com o deslocamento dos jovens pela cidade não é algo recente, como atestam algumas pesquisas desenvolvidas por sociólogos da Escola de Chicago ainda na primeira metade do século XX, onde se constata acentuada ênfase nas movimentações dos jovens imigrantes, especialmente aquelas realizadas pelas coletividades formadas por esses indivíduos. Nesse contexto, a delinquência e a errância juvenil se consolidam como problemas sociais de grande envergadura mobilizando estudiosos a desenvolver modelos explicativos visando compreender a natureza nominada de desvio. Por um lado, a propensão para a prática delituosa seria identificada como resultante da desorganização social, cujos os principais agentes catalisadores seriam jovens pobres oriundos de áreas degradadas. Já em outros trabalhos, as práticas desviantes eram vistas sob o signo da “inadaptação” do jovem às regras da sociedade vigente, especialmente aquelas que estruturam a existência no “mundo adulto” (Lapassade, 1968 [1963]) e a rebelião contra o *status quo* mantido pelas classes economicamente favorecidas. A categoria desvio assume também diferentes conotações e nomeações entre representantes da Escola de Chicago. *“Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele”* (Becker, 2008, p. 27).

Os desviantes, no caso, os *Outsiders* (2008, p. 27), para Becker, são aquelas pessoas consideradas desviantes por outras, “*situando-se por isso mesmo fora dos membros ‘normais’ do grupo*”. Significa dizer que determinados segmentos podem facilmente ser identificados na condição de desviantes não apenas por se

a Doutor em Ciências Sociais. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas, Coordenador do Laboratório das Juventudes (LABJUVE). E-mail: joao.bittencourt@ics.ufal.br

b Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Bolsista de produtividade do Cnpq, Coordenadora do Laboratório das Artes e das Juventudes (LAJUS). E-mail: gloriadiogenes@gmail.com

afastarem, por transgredirem preceitos e normas sociais vigentes, mas também por se situarem fora de modelos de mérito do mundo adulto. De modo geral, em contextos históricos diversos, juventudes moradoras de subúrbios, de regiões periféricas, que por razões diversas não seguem carreiras bem-sucedidas, que atuam no campo da invenção, das astúcias (Certeau, 1994), das artes, são comumente classificados no plano dos “comportamentos desviantes” (Becker, 2008, p. 35). São eles, frequentemente, identificados sob os rótulos da rebeldia, da irreverência, da contestação, do nomadismo.

No Brasil, a preocupação com nomadismo juvenil começou a ganhar força na opinião pública no início dos anos 80, impulsionada pelas notícias veiculadas cotidianamente pelos meios de comunicação de massa. Rapidamente, jovens pobres e negros passaram a ser percebidos como agentes potenciais da desordem e aos poucos foram sendo produzidas barreiras simbólicas e físicas para impedir que estes indivíduos transitassem livremente. Foi o caso inicialmente dos chamados “trombadinhas”, indivíduos muitos jovens, alguns ainda crianças, que cometiam pequenos delitos pelas ruas das diferentes cidades brasileiras, como “bater carteiras”, cheirar cola em praças públicas, ou roubar gargantilhas e pulseiras dos transeuntes, e posteriormente, dos arrastões, que nos anos 90, levaram pânico a população carioca, especialmente aos frequentadores das praias da zona sul. No mesmo período os holofotes se voltaram para as gangues e as galeras (Caiafa, 1985; Diógenes, 1998; Abramovay, 1999).

Embalados por gêneros musicais como o punk e o funk, esses grupos - caracterizados por um forte sentimento de pertença e por um “*habitus* delineado em situação de fronteira” (Abramovay, 2010, p.21) - travavam disputas pelo domínio de determinados pedaços (Magnani, 1992) da cidade. No caso das gangues punks, o pertencimento era fortemente impactado pelo território habitado, que poderia ser um bairro ou um outro espaço que os jovens identificavam enquanto tal (Bittencourt, 2022). Apesar do território ser comumente definido como o lugar de origem dos grupos, circunscrito a uma dimensão físico-espacial, não podemos perder de vista que esses territórios podem se movimentar. As marcas dos territórios estavam inscritas em seus corpos e subjetividades, logo, ao se apropriarem de “territórios rivais”, esses grupos promoviam desterritorialização dos códigos de origem e uma reterritorialização sob novas bases<sup>1</sup>.

---

1 O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros

As galeras dos bailes funk e as torcidas organizadas com seus deslocamentos ruidosos talvez sejam as coletividades juvenis que mais provocaram incômodos na opinião pública. O fato desses grupos serem compostos de jovens negros e periféricos é um elemento determinante na construção dos estigmas e dos discursos de ódio. Porém, o fator raça-território era ainda mais potencializado por se tratarem de jovens “ociosos” que se espalhavam pela cidade sem pedir licença, confrontando os códigos da boa convivência de uma sociedade ordeira. Ao se debruçar sobre essas duas coletividades, Glória Diógenes (1998; 2003) aponta que o mal-estar e indignação diante desses corpos que teimam em ganhar as ruas, praças e outros espaços públicos compreende uma cisão entre corpo e cidade. “A força eruptiva do registro corporal dos não ainda convencidos de sua passividade e de sua privação sensorial parece lembrar, para os moradores “ordenados” da cidade o risco que correm com o transbordamento dessa força pulsional (Diógenes, 2003, p. 57).

Em nossos dias atuais, os corpos jovens pobres e negros continuam provocando ruídos na paisagem urbana, incomodando os defensores de uma cidade asséptica e ordeira, como atestam as perseguições aos rolezinhos, fluxos, batalhas de rima e saraus. Sobre os rolezinhos, o antropólogo Alexandre Barbosa Pereira (2016) argumenta que a abordagem dirigida a esses eventos pela grande mídia na época colaborou para a estigmatização desses jovens como bandidos, o que consequentemente serviu para justificar a repressão policial violenta. Já os fluxos, que consistem basicamente em encontro de jovens na rua para ouvir funk, vêm sofrendo perseguições constantes da força policial em diversas cidades brasileiras. O argumento mais comum utilizado para a proibição desses encontros compreende o incômodo decorrente da música em volume muito alto que emana dos paredões<sup>2</sup> e o fato de haver um grande consumo de drogas lícitas e ilícitas. Porém, sabemos que do mesmo modo que os rolezinhos, esse incômodo também está relacionado ao perfil e a estética dos jovens que participam desses encontros.

A cidade não é vivenciada da mesma forma por todas as pessoas e por todas as coletividades; trata-se de um espaço de disputa constante onde de um lado temos os defensores de uma cidade segregada que busca rechaçar a diferença e o nomadismo, e do outro indivíduos que precisam lidar cotidianamente com as políticas de evitação e exclusão que lhes são direcionadas.

---

da tribo e da etnia, com os sistemas maquinícios que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI; RONILK, 2010, p.388).

<sup>2</sup> Paredões são sistemas de som de grande porte acoplados a porta-malas de carros ou reboque. Eles são comumente utilizados em festas de rua devido a sua potência.

Apesar desse controle incessante, os agrupamentos juvenis não se deixam imobilizar em seus territórios de origem. Espalham-se pela cidade, deixam suas marcas em muros, praças, esquinas, escadarias, promovendo múltiplas reterritorializações. Para burlar as estratégias produzidas pelos operadores das leis que visam fixar esses corpos em espaços mais fáceis controlá-los, lançam mão de táticas (De Certeau, *Ibid*) tendo como base o improviso e a astúcia. Ocupam o território pelo deslocamento, fogem dos obstáculos e promovem outras formas de experienciar a cidade; operam como uma máquina de guerra<sup>3</sup> no sentido desenvolvido por Deleuze e Guattari (2008).

Para além dessas movimentações mais espontâneas que ganham forma na urbe a partir de intervenções como piXações e festas, temos assistido nas últimas décadas ao levante de coletivos organizados de jovens que não mais aceitam a condição de passividade que lhes foi atribuída pelas instituições. Eles estão se organizando e reivindicando direitos que até bem pouco tempo eles sequer sabiam que existiam, e o direito à cidade é uma dessas bandeiras abraçadas por essa população. Não se trata simplesmente de um direito de transitar ou de fazer uso dos recursos urbanos, trata-se antes de mais nada de um “direito de reconstruir a cidade e a eles mesmos” (Harvey, 2008). Ou, nas palavras de Lefebvre (2001), trata-se de um direito à vida urbana, transformada e renovada. É um direito coletivo que não pode estar dissociado da ideia de laços sociais, relação com o meio ambiente, estilo de vida, tecnologias e valores que se deseja. A mobilidade urbana, por exemplo, é um importante tópico que vem sendo abraçado por jovens periféricos em vários lugares do Brasil, onde aspectos como melhorias na estrutura dos transportes públicos e tarifa zero se colocam como as principais pautas reivindicadas. O cicloativismo é outra forma de organização que tem crescido exponencialmente no Brasil com intuito de forçar as autoridades a garantir uma cidade mais inclusiva e segura para os(as) ciclistas, o que inclui a expansão de ciclofaixas, políticas de compartilhamento de bicicletas e uma maior fiscalização em torno do desrespeito aos direitos dessa categoria. As intervenções artísticas

3 Deleuze e Guattari no Tratado de nomadologia apresenta a máquina de guerra como uma espécie de oposição ao aparelho do estado, utilizando os exemplos do Xadrez e do Go, ambos jogos de tabuleiro. “O xadrez é efetivamente uma guerra, porém uma guerra institucionalizada, regrada, codificada, com um fronte, uma retaguarda, batalhas. O próprio do go, ao contrário, é uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento e retaguarda, no limite sem batalha: pura estratégia, enquanto o xadrez é uma semiologia. Enfim, não é em absoluto o mesmo espaço: no caso do xadrez, trata- se de distribuir-se um espaço fechado, portanto, de ir de um ponto a outro, ocupar o máximo de casas com um mínimo de peças. No go, trata- se de distribuir- se num espaço aberto, ocupar o espaço, preservar a possibilidade de surgir em qualquer ponto: o movimento já não vai de um ponto a outro, mas torna- se perpétuo, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada. Espaço “liso” do go, contra espaço “estriado” do xadrez.”

promovidas por coletivos jovens com intuito de dar visibilidades as suas manifestações culturais e reivindicar equipamentos de lazer também são formas de exigir direito à cidade. Os saraus, os *slams*, batalhas de rima, apresentações de grupos musicais independentes, são algumas das estratégias encabeçadas pelos jovens.

Na contramão das formas usuais de movimentação nas cidades (trajetos casa/trabalho/escola), a permanência das juventudes nas ruas, tem apontado para outros modos de fruição do tempo e do espaço, para variadas agendas e nominações da categoria trabalho.

Avolumam-se estudos, estatísticas, acerca de um amplo contingente juvenil, recorrentemente denominado de nem-nem, ou nem-nem-nem. Observou-se, em uma pesquisa realizada sobre esse contingente em Fortaleza (Diógenes, 2019), que parte dele por vezes rechaça modos formais do trabalho e esquia-se da condução de engessadas pedagogias escolares, dando a ver formas outras de aprendizagem, de produção de renda, e de ocupação urbana. Sobre os “nem-nem” certamente, pesa a força da classificação, da “vontade de verdade” (Foucault, 2010, p. 19) que promove discursos abstratos de poder e cria dispositivos que operam o “grande sistema de exclusão”. Há um amplo silêncio e desconhecimento acerca das razões dos altos índices de evasão escolar relativa aos designados “nem-nem”, do retrairimento de iniciativas relativas ao campo do trabalho formal, e para onde canalizam energias e constroem experiências coletivas. Daí a importância significativa do conjunto de artigos organizados nesse Dossiê, por se voltarem para experiências concretas, providas de nome, corpo, estética, lugar e voz.

Observa-se, por meio dos vários escritos aqui apresentados, que a categoria desvio assume nos nossos dias outras nomenclaturas. Continua sendo ela materialização de concepções abstratas, “consequência de um processo de interação entre pessoas, algumas das quais a serviço de seus próprios interesses” (Becker, 2009, 168) como é o caso de parte das políticas públicas e de suas classificações generalizantes, deslocadas dos discursos e das multiplicidades de experiências juvenis.

No caso dos “nem nem”, de forma velada, são alocados a eles, aos próprios sujeitos, a responsabilidade pelo desinteresse, dissidência, não adesão ao “cardápio” de opções do mercado de trabalho, e pela desadaptação aos conteúdos pedagógico e vivências escolares. Tem-se recorrentemente identificado tais juventudes com o epíteto de *inativas*, mesmo que se esteja diante de formas diversificadas, por vezes artísticas e imaginativas, de disruptivas estratégias de ocupação e produção de renda. Vale ressaltar que até mesmo as juventudes que desenvolvem alguma atividade fora do mercado formal, ao serem indagadas acerca de sua condição de trabalho, respondem negativamente – estou desempregado - apontando variadas

nomenclaturas para definir a atual condição: “se virar”, fazer “rolês”, “trampar”, “dar seus pulos”, “desenrrolar”.

No geral, dados que têm apontado o alto contingente dos “nem-nem” no Brasil<sup>4</sup>, tomam como referência padrões e modelos de trajetórias lineares juvenis (estudar *para* trabalhar), formas clássicas de dispêndio da força de trabalho, sem que se leve em conta os tempos cílicos, os *ritos de impasse* (PAIS, 2009), que nem são regulares, nem previsíveis, e muito menos referenciados em escolhas fixas. Ações relativas ao estar na cidade, ocupar à cidade, ao direito à cidade, assim como práticas e experiências artísticas que têm o cenário urbano como palco, são frequentemente identificadas no leque de estatísticas sob a variável de dissidência, da evasão dos foros institucionais de formação e regulação social, no caso a escola e o trabalho formal.

Os artigos que compõem este dossier, evidenciam a importância de práticas juvenis de natureza *instituinte* (Castoriadis, 1982), para além dos muros das escolas, das experiências de trabalho, do plano das inserções institucionais. Obviamente, trata-se de um impasse, já que o afastamento de algumas juventudes da escola e do trabalho pode contribuir para a permanência de segregações e desigualdades. Possivelmente, estas juventudes, os considerados inquietos, os alunos-problema, as “ovelhas-negras da família”, os criativos, os deslocados, os *outsiders*, apontem para a necessidade de aproximação entre mundos de vida e os campos intuídos do estado e da política.

Vale ressaltar que nem a sociedade moderna do trabalho, nos moldes do século XX é a mesma, e nem o estar na cidade assume configurações relativas ao devir da fruição e da mobilidade. As metrópoles e seus territórios constituem, cada vez mais, campos minados para o livre trânsito das juventudes. Na citada pesquisa acerca dos “nem nem” em Fortaleza (Diógenes, 2019), observou-se que eles, nas suas vivências cotidianas, costumam munir-se de estratégias e artimanhas com a finalidade de driblar o poder das polícias, das facções e dos sujeitos que mapeiam, classificam e dominam os espaços de vida na periferia. Além disso, tal qual assinalaram Brenner, Dayrell e Carrano (2005) o tempo livre gerado pela ausência de trabalho pode ganhar outras conotações, outras experiências como a “da penúria, da opressão e da falta de oportunidade” (2005, p. 178). Por vezes, mesmo que o “trampo” traga bom resultado financeiro, como no caso de alguns *graffiters* e muralistas das artes de rua, as narrativas de familiares e por vezes

4 21% dos brasileiros entre 15 e 19 anos. Matéria disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/04/numero-de-jovens-nem-nem-cai-para-103-milhoes-o-menor-ja-registrado.ghtml> Consultado: 12 jul 2025.

dos próprios sujeitos, sugerem que não se trata de um tempo utilizado de forma produtiva, assumindo ele conotação de ócio, por vezes preguiça, desperdício de oportunidades, e indícios de periculosidade.

As juventudes, diante de tantos impasses, recriam suas formas de presença, de fazer parte da vida urbana, do relacionar-se, do criar alianças, do exercer o direito à cidade. Tendo em vista a dimensão restritiva que atualmente perfaz a ocupação de espaços urbanos, o uso das redes digitais fez proliferar outras formas de presença, de integração entre sujeitos, de produção de vínculos. A destreza na operação e manuseio de variadas plataformas digitais, a produção de perfis para Instagram, o Tik Tok, a formação de grupos de Whatsapp, por exemplo, têm possibilitado às juventudes, a criação de outras geografias de encontros, a transposição de espacialidades cercadas por *fronteiras*.

Cria-se aquilo que Appadurai (1996, p.22) vai denominar de práticas culturais de todos os dias, transpondo barreiras físicas de controle, multiplicando “obras da imaginação”. Desmaterializa-se, no âmbito do ciberespaço, das plataformas e redes, a presença de corpos e estéticas juvenis no espaço físico e se possibilita a circulação, a mobilidade de formas outras de produção, de publicização de ideias, da formação de pactos e alianças entre pares. No mundo pós-eletrônico (Appadurai, 1996, p.17), as juventudes criam e difundem outros perfis, diversificam papéis, afora rotulações, estigmas, limites territoriais, provocando variações no espaço expressivo da arte e das práticas imaginativas. Diógenes (2020, p. 374) aponta que para além dos discursos que reiteram o “descaso” e a “inatividade” das juventudes moradoras das periferias relativas à escola, ao trabalho, paradoxalmente, em paralelo, tal qual se pode ver nos artigos que compõem essa coletânea, observa-se outras dobras, outros enredos de uma mesma realidade.

*O incremento de experiências juvenis criativas: que emergem de vivências de rua e que acontecem, no geral, sem a mediação de agentes “externos” ou sem o protagonismo direto deles. Entre paisagens materiais e digitais, práticas culturais de origem diversa, de variadas estéticas e linguagens, têm mobilizado múltiplos fazeres juvenis; tais quais a organização de saraus, as produções audiovisuais realizadas por meio de celulares, a formação de coletivos de arte, a inserção em grupos de teatros de rua, dentre tantos outros.*

Neste dossiê, reunimos artigos que confluem e condensam “táticas desvia-cionistas”, experiências, linguagens, repertórios de juventudes que transbordam impostos limites institucionais. Cada artigo apresentado, destaca a singularidade

das vias de inserção e de participação social das juventudes, de modulações operadas no glossário de *gestos* do estar nas cidades, do *fazer* cidade, tornando-se ela assim também, “obra da imaginação” (Appadurai, 1996). Mesmo sob o ângulo do imperceptível é possível perceber que “a cidade é pintada todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, quase invisíveis. Um ato anônimo que deixa evidências”. (Abalos Junior, 2018, p. 157).

Um dossiê organizado por Ricardo Campos, Cornélia Eckert, Glória Diógenes e Lígia Dabul (2019, p. 9) sobre Arte e Cidade<sup>5</sup>, assinala na sua introdução um aspecto que também perfaz o conjunto de artigos aqui apresentados, relativo à importância da presença multifacetada de *gestos* juvenis nos espaços urbanos.

[...] as cidades contemporâneas estão mais coloridas de *graffiti*, de estêncis, de lambes ou colagens, além de outras formas de arte urbana e arte de rua. Diferentes indivíduos e grupos participam dessa construção da paisagem visual da cidade, pintando muros e paredes, colorindo edifícios, colando stickers, fazendo gardening guerrilla, expondo-se eles mesmos aos olhares, etc. E são, muitas vezes, essas expressões minoritárias, vernaculares, transgressor, que afrontam o conceito de arte oficial e os modelos de uma cidade planificada e asséptica.

Desse modo, o conjunto de artigos reunidos no dossiê “Territórios da Juventude: diálogos entre cidade, política e afeto” tenta provocar aquilo, tão bem nominado por Gottfried Boehm (2017, p. 23), de *lógica da mostraçāo*, partilha imagens, imaginações, gestos, inventividades das juventudes, e “nos coloca coisas sob os olhos” que são recorrentemente ocultadas pela velocidade do tráfego urbano.

Abindo a coletânea temos o artigo “**Pra ensinar meus camarada: juventudes, periferias e uma pedagogia de vagalumes**”, de Carlos Bonfim (UFBA). A partir de um mapeamento de iniciativas juvenis em arte e comunicação nas periferias de Salvador, Bahia, o texto propõe uma aproximação ao trabalho que vem sendo realizado por essas juventudes cujas intervenções dão conta de uma vigorosa e potente ofensiva cultural, mais que reativas resistências.

Na sequencia as autoras Thaisa da Silva Ferreira (UNIFESP), Camila Fernandes Nastari (UNIFESP) e Alice Castro Cardoso (UFG) apresentam resultados de uma pesquisa sobre a ocupação política na cidade mediante o uso da arte em adesivos. “**Stickers arts: sobre adesivos, arte, corpo feminino e a rua**”, discorre sobre como arte em adesivos representa uma forma de intervenção estética e

5 <https://www.scielo.br/j/ha/a/34KHg8PHmDKqms3S3dX6jhk/?format=pdf>

política que provoca reflexão e pode ampliar a visibilidade de temas como a arte, corpo e cidade entre transeuntes.

O artigo “**A cidade de São Paulo como ela realmente é”: engajamentos afetivos e coletivos em uma etnografia do fazer-cidade entre jovens negros**”, de Alef Diogo da Silva Santana (Universidade Regional do Cariri), propõe analisar como as mobilizações afetivas e coletivas em certos territórios da cidade de São Paulo contribuem para o fortalecimento das identidades dos indivíduos envolvidos, ressignificando suas relações com a cidade por meio da cultura, solidariedade e da luta por territórios e narrativas historicamente marginalizadas.

“**Entre o movimento e o confinamento: trajetórias de (i)mobilidades de jovens envolvidos no mercado varejista de drogas**”, de Kharine Gill (IESP/UERJ) e Palloma Valle Menezes (IESP/UERJ), explora as relações entre mobilidade, crime e identidade, a partir das trajetórias de Lucas e Marcos, dois jovens que entraram para o comércio varejista de drogas durante a adolescência. As autoras analisam como o envolvimento com o tráfico limita as mobilidades pela cidade, impactando suas rotinas, possibilidades de lazer e construção identitária.

Já o artigo de Itallo de Santana (UFPE), “**A Cidade Como Corpo Em Palavra: Fragmentos do Agreste**” analisa cartas escritas por jovens do Agreste pernambucano como ferramenta metodológica e política de leitura das cidades onde vivem. A partir da atuação da LiACA – Liga Acadêmica de Estudos e Pesquisas Multidisciplinares das Cidades do Agreste – propõe-se uma abordagem qualitativa e afetiva da realidade urbana, a partir de metodologias como a cartografia afetiva e a escrita epistolar.

Isabela Carmo Cavaco (Universidade de São Paulo) e Pedro Henrique Campello Torres (Universidade Estadual Paulista) apresentam dados de uma pesquisa que investiga como jovens ativistas climáticos no Brasil e na Holanda constroem repertórios de ação, organização e ocupação do espaço urbano, articulando afetos, política e pertencimento em torno da justiça climática. “**Juventudes e seus repertórios de luta: justiça climática e direito à cidade em contextos urbanos**”, mostra como no Brasil, a justiça climática é vivida no cotidiano e atravessada por marcadores como raça, território e gênero.

O artigo “**Território em disputas: experiências juvenis no bairro do Engenho Velho da Federação**” de Gabriela Bacelar (USP), analisa as dinâmicas sociais do bairro Engenho Velho da Federação, uma comunidade periférica de Salvador, com ênfase nas experiências da juventude diante das transformações urbanas e da presença do tráfico de drogas. A partir de abordagem etnográfica e

entrevistas, a autora investiga como os jovens negociam sua presença no território, lidando com disputas territoriais e simbólicas, violências e oportunidades limitadas.

**“Mapografias: arte, educação e resistência na produção de mapas com juventudes periféricas”**, das autoras e autores Carolina Clasen (USP), Jorge Bassani (USP) , Analu Borges (UFBA) e Cauê Maia (USP) se propõe a examinar metodologias participativas de produção cartográfica desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP/FAUUSP) junto à juventude na Ilha do Bororé e Jardim das Gaivotas, Zona Sul de São Paulo, buscando discutir como as práticas artísticas e educativas articulam mapeamentos afetivos e engajamento político de jovens periféricos, ressignificando espaços públicos negligenciados.

O artigo **“This is Maré”: dança e performance como estratégias de representação e resistência de jovens periféricos em um ambiente necropolítico”**, dos autores Henrique da Silva (PUC-RS) e Deivison Moacir Cezar de Campos (PUC-RS) e da autora Michele Doris Castro (IFRS), investiga as interseções entre juventudes negras, arte, cultura e violência, analisando suas implicações para a construção de saberes e representações das juventudes faveladas. A pesquisa discute como a arte e a performance na dança são apropriadas como práticas pedagógicas pelas juventudes do Complexo da Maré, permitindo a construção e a expressão de novos saberes.

Clarice Cassab (UFJF), no artigo **“Práticas espaciais e grafias da juventude no espaço: Inventário dos graffitis no viaduto Arquiteto Hélio Fadel em Juiz de Fora – MG”**, parte do reconhecimento da presença das juventudes na paisagem da cidade através da identificação de suas grafias, inscrições que marcam nos muros da urbe a presença e a existência de sujeitos muitas vezes invisibilizados na cidade desigual. A autora busca esses vestígios nos graffitis existentes na ocupação realizada pelo Coletivo Espaço Hip Hop na cidade em um vão de um viaduto central na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata Mineira.

Finalizando o dossiê temos o artigo **“Os “jovens do projeto”: territorialidades e experiências juvenis no contexto de uma política pública”**, de Isabelle Melo Rocha (Uninta), Isaurora Cláudia Martins de Freitas (UVA) e Alexandre Almeida Barbalho (UECE), cuja a investigação se vota para as interações sociais, as práticas culturais e percepções espaciais dos jovens do bairro Novo Recanto, em Sobral-CE, onde funciona a Estação da Juventude, uma política federal voltada para essa população. Apoiado em uma metodologia que reúne abordagem etnográfica, análise de fotografias e rodas de conversa, o estudo busca

compreender as culturas juvenis a partir do cotidiano dos sujeitos, superando os estereótipos sobre a juventude no interior nordestino.

De forma sintética, a proposta do dossiê é discutir a temática do direito à cidade e apontar assim outras práticas e significados urbanos voltando a atenção para as experiências dos agrupamentos juvenis e, mostrando a partir de pesquisas de campo, especialmente etnografias, como os jovens constroem táticas visando subverter políticas de imobilidade e exclusão. Elegemos as categorias cidade, política e afeto para nortear as discussões desse dossiê por entendermos que as experiências de/na cidade compreendem negociações e tensões vivenciadas por todos os cidadãos na luta por reconhecimento e visibilidade, e que estas só se tornam possíveis mediante a capacidade de afetarmos e sermos afetados por palavras e gestos.

## REFERÊNCIAS

- ABALOS JÚNIOR, José Luís. Quem sujou as mãos de tinta? Estética, gesto e matéria em intervenções artísticas urbanas. *Vista – Revista de Cultura Visual*. nº3, 2018, pp. 148 -171.
- ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos*. Brasilia: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.
- BECKER, Howard. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BITTENCOURT, João Batista de M. As cidades dos Punks. *ILUMINURAS*, Porto Alegre, v. 23, n. 63, 2022. DOI: 10.22456/1984-1191.125905. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/125905>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- \_\_\_\_\_. Ressignificando Bandeiras e Narrativas: política, performance e estética sob a ótica dos movimentos culturais da juventude na cidade de Maceió/AL. *Revista TOMO*, [S. l.], n. 39, p. 223, 2021. DOI: 10.21669/tomo.vi39.15022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/15022>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- \_\_\_\_\_. Corpo e afeto nas culturas juvenis. *Latitude - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFAL*. vol.6, n1, pp.25- 36,2012.
- BOEHM, Gottfried. Aquilo que se mostra. Sobre a diferença icônica. In: ALLOA, Emmanuel, Org, *Pensar a Imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BRENNER, Ana Karina; DAYRELL Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo

- Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COHEN, Albert. A delinquência como subcultura. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude III - A vida coletiva juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da Cultura e da violência: gangues, galera e o movimento hip-hop*. São Paulo: Annablume, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Itinerários de corpus juvenis: o tatame, o jogo e o baile*. São Paulo: Annablume, 2003.
- \_\_\_\_\_. ; CAMPOS; Ricardo. ECKERT, Cornélia; DABUL, Lígia. Arte e cidade: policromia e polifonia das intervenções urbanas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 25, n.55, p.153-77, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/34KHg8PHmDKqms3S3dX6jhk/?format=pdf>
- \_\_\_\_\_. *Eles dizem Não ao Não* - um estudo sobre a geração N. Fortaleza: Instituto Dragão do Mar, 2019.
- \_\_\_\_\_. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. *Estudos Avançados*, n. 34 (99), 2020, pp 373-389.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* – Aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Loyola, 2010.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas - Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, (29), 2012, 73–89.
- LAPASSADE, Georges. Os rebeldes sem causa. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude III - A vida coletiva juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, Brasil, v. 35, p. 191–203, 1992.
- PAIS, José Machado. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde soc.*, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Os “rolezinhos” nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv* [online]. 2016, vol. 14, n. 1, pp. 545-557. ISSN 1692-715X. <https://doi.org/10.11600/1692715x.14137110515>.

---

**Apresentação feita no dia:** 30/07/2025